

AUTORIA COM ÉTICA: REFLEXÕES SOBRE PROBLEMAS ÉTICOS NO PROCESSO AUTORAL

Authorship With Ethics: Reflections on Ethical Problems in the Authorship Process

Kilwangy Kya Kapitango-a-Samba¹

RESUMO: Refletir sobre o processo de autoria e problemas éticos envolvidos na produção do conhecimento é o objetivo desta reflexão, fundamentada na seguinte questão: como a ética se relaciona com a autoria? Para responder a esta pergunta, um caso de apropriação epistêmica foi analisado, nele foram constatados problemas que demonstram como alguns autores se apropriam das produções dos outros sem levar em consideração os valores e princípios éticos, a responsabilidade e respeito à produção alheia. E, como consequência, tal conduta torna-se problema ético, jurídico e patológico. Assim, considerando as fronteiras artificiais em que a circulação de informações ocorre, é necessário manter uma vigilância ética, para verificar problemas éticos envolvidos na produção do conhecimento, em prol de uma conduta ética plausível que fundamenta a relação entre ética e autoria.

Palavras-Chave: Autoria. Ética. Responsabilidade Autoral.

ABSTRACT: The objective of this paper is to reflect on the process of authorship and the ethical issues involved in the production of knowledge. Our research considers the following question: *how does ethics relate to authorship?* To answer this question we analyze a case of epistemological ownership, demonstrating some of the ways in which authors may appropriate the production of others without employing ethical values or principles, responsibility or respect for others' production. Such conduct leads to ethical, legal and pathological problems. Thus, considering the artificial boundaries within which information circulates, we find it is necessary to maintain ethical vigilance in the domain of authorship. We explore ethical problems related to the production of knowledge in search of a plausible ethical conduct that may facilitate the relationship between ethics and authorship.

Keywords: Authorship. Ethics. Responsibility of Authorship.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A necessidade de boas condutas na pesquisa científica e tecnológica tem sido motivo de preocupação crescente da comunidade internacional e no Brasil não é diferente. A má conduta não é fenômeno recente, haja vista os vários exemplos que a história nos dá de fraudes e falsificação de resultados. As publicações pressupõem a veracidade e idoneidade daquilo que os autores registram em seus artigos, uma vez que não há verificação *a priori* dessa veracidade. A Ciência tem mecanismos de correção, porque tudo o que é publicado é sujeito à verificação por outros, independentemente da autoridade de quem publicou. (CNPq, 2011).

¹ Bolsista de Pós-doutorado da CAPES-UFMT e Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso

A reflexão que ora faço, em relação ao tema posto, tem por objeto a *autoria* e sua relação com as questões éticas implicadas. Neste sentido, interpela-nos saber *como a ética se relaciona com a autoria*? O que requer também compreender o que é autoria ou ser autor e quais as questões éticas envolvidas no processo autoral ou na autoria?

Mais que nos séculos passados, no século 21 a humanidade experimenta o auge da proliferação de autorias, muitos indivíduos perfilam como autores, outra gente a querer ser autor e outra ainda obrigada a ser autor, por várias razões desde a razão simples de sobrevivência de comunicar suas ideias às razões complexas de sobrevivência socioeconômica ou profissional. É nesta busca pela sobrevivência que alguns indivíduos põem mãos à escrita para manifestar suas ideias e ideologias, outros para ganhar o pão-de-cada-dia e sustentar a si e a sua família, vivendo da renda advinda de seus escritos. Outros ainda, por exigências da sobrevivência profissional, são “obrigados” a serem autores. Assim, todos esses autônomos atendem o mercado de consumo das publicações (impresas ou online), em que transitam autores, editores, financiadores e leitores (consumidores de primeiro estrato).

Quanto à sobrevivência profissional, esta pode ser verificada no campo acadêmico, desde os cursos de graduação, intensificando-se na pós-graduação e consolidando-se no exercício profissional acadêmico, com o chamado “*produtivismo acadêmico*”, pelo que os docentes universitários ou publicam ou padecem da falta de financiamento, reconhecimento e prestígio profissional e pessoal (uma espécie de condenação à morbimortalidade). O produtivismo acadêmico tem gerado debates no campo acadêmico, encabeçados pelos sindicatos de professores, em defesa da salubridade dos profissionais. Pois, a exigência desenfreada de que os docentes devam produzir, produzir, produzir tem levado à insalubridade: estresse, depressão e desmoralização profissional e pessoal. Além do mais, há que considerar que a política do produtivismo exacerbado gera mais produções em quantidade que em qualidade, logo, tais produções não impactam na resolução de problemas sociais, educacionais, econômicos, políticos ou epistêmicos. Esse produtivismo acadêmico afeta negativa e diretamente a *autoria*.

2. DA AUTORIA COM ÉTICA

Antes de demonstrarmos como a política do produtivismo acadêmica impacta na autoria e na qualidade epistêmica, reflitamos sobre a *autoria* ou o seu autor. Em princípio, a *autoria* parece estar relacionada condicionalmente a ser publicador, o indivíduo ou profissional vale o quanto publica, mas não se tem importado ou se importa pouco sobre o quanto vale o que se publica e qual é o impacto das publicações na resolução de problemas reais que afetam a nossa condição humana de ser.

Globalmente, dispomos de um mercado cheio de publicações de diversas áreas e públicos diferentes, mas mesmo assim a

desproporcionalidade entre tais publicações e a resolução de problemas é cada vez mais gritante. Na condição docente podemos pensar no campo educacional. Para verificar a relação de proporcionalidade entre a produção epistêmica e a resolução dos problemas reais que afetam as práticas educacionais basta fazermos um exercício de vasculhar – em nossas áreas de conhecimento, inicialmente, na Escola ou na Universidade – o quanto se publicou e o quanto dos problemas foi resolvido ou que mudanças inovadoras (teórico-práticas) situadas nos processos educacionais foram geradas e aplicadas. É lamentável que ainda se padeça do modismo da teoriocracia (governança da teoria pela teoria) da instrução escolar e acadêmica, padecimento que raquitiza e oblitera o sustentáculo da autoria: a autor cidade.

Podemos compreender a *autoria* como um atributo (qualidade), uma referência à responsabilidade autoral em relação à sua produção material (por exemplo: artefatos tecnológicos) ou imaterial (por exemplo: ideias e modelos teóricos). Assim, ser autor é ser produtor material e imaterialmente e responsável pela produção, é viver uma experiência produtiva situada, isto significa ser fator da história e produtor, como diz ALTET, (2003, p. 72), de “registro epistêmico²” (imaterial ou material), recaindo sobre si a responsabilidade pelo registro produzido. Ser autor é também sobreviver às agruras do diálogo e das metamorfoses das publicações em virtude dos interesses dos leitores, editores, financiadores e avaliadores ad hoc, conforme a cartilha do mercado! É, também, alienar seus direitos³ aos editores de periódicos e livros que os comercializam, no caso de artigos científicos, os autores não recebe nenhum dividendo financeiro, oriundo da comercialização das revistas que sua produção é divulgada. Este complexo de sobrevivências requer muita vigilância ética autoral.

Por outro lado, também sobrevivemos enquanto leitores, sobretudo, diante das “publicações mutantes”, aquelas que, enquanto leitores ou pesquisadores, ao nos depararmos com elas nos colocam numa confusão autoral, deixam dúvidas e obrigam-nos a procurar saber os autores de fato: quem é autor do texto Y, fulano ou beltrano? Estão entre tais publicações aquelas em que aparecem registros epistêmicos sob autorias diferentes, conseqüentes da falta de responsabilidade autoral de um determinado autor que tenha plagiado o registro de outro sem referir-se à *aloautoria*⁴, a *autoria* de fato, apropriando-se assim do registro e da produção alheia e incorrendo em sérios problemas éticos e jurídicos⁵.

Em virtude de tais situações, podemos inferir outra perspectiva de que a *autoria* rima com *autonomia* que supõe, necessariamente, um eu em relação com os outros. Essa dimensão relacional confere à *autoria* o caráter dialógico que nos faz inferir e dizer que a *autoria* é um processo relacional que ocorre entre sujeitos dialogais. Este diálogo é uma experiência vivida na sua especificidade, ou seja, é necessário passar por ela, portanto, não é experiência criada para um fim específico não vivido. Assim, se podemos admitir que a *autoria* implica em diálogo, responsabilidade e respeitabilidade pelo registro material ou imaterial produzido pelos outros (*alo autoria*), isto significa dizer, em outras palavras, que há questões éticas inerentes no processo autoral, além de outras possíveis (como as epistemológicas, metodológicas, jurídicas, entre outras). Neste sentido, vamos ilustrar,

rapidamente, o que se entende por Ética, pois o objetivo não é nos ocuparmos da Ética enquanto tal, mas estabelecer relações de implicância.


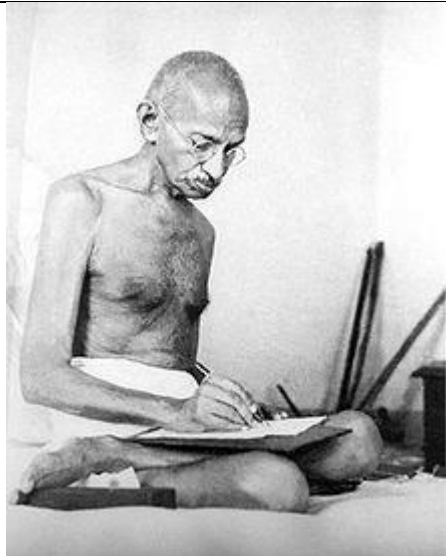
Quanto à compreensão da Ética, filosoficamente, podemos dizer que ela é uma ciência filosófica aplicada que tem por objeto de investigação a moral (valores, costumes, princípios e normas) quanto à natureza, função e justificação do comportamento (caráter) e dos juízos morais, em sua diversidade, variabilidade e totalidade. Ela tem sido denominada também de Filosofia Moral ou Axiologia, mas são denominações menos usuais. A Ética é a ciência que

[...] se defronta com fatos. Que estes sejam humanos implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. Mas isto não prejudica em nada as exigências de um estudo objetivo e racional. A ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disso, obrigatório e inescapável (VÁSQUEZ, 1980, p. 12).

É bom lembrar que a ética é uma ciência que “não cria a moral” (VÁSQUEZ, 1980, p. 12), mas, por meio da investigação, procura-se compreender os *atos humanos voluntários*, que constituem o comportamento moral (sua ordenação, natureza, função e justificação e os princípios da moral) dos seres humanos em sociedade local ou global. Sendo assim, admite-se que em ética não se trata dos atos humanos involuntários, mas dos decorrentes das ações livres, nas quais há intervenção da vontade do agente (deliberação): o fundo ético determinante.

A *autoria com ética* requer um comportamento autoral baseado nos valores, princípios e normas que constituem a base axiológica do agir e orientam o zelo pelo respeito à *alo autoria* (autoria de outrem). A falta de vigilância ética, o descuido com base axiológica, gera problemas éticos e jurídicos profissionais e sociais. Ao apropriarmo-nos de um registro epistêmico de outrem precisamos referenciá-lo, de tal modo que não se crie ambiguidade e descrédito autoral nos leitores.

A *autoria* requer a prática da lealdade e a consciência crítica do amadurecimento intelectual e da suficiência racional. A autoria se manifesta em trabalho árduo que merece reconhecimento como tal, desde que digna de tal merecimento.

 <p data-bbox="268 611 831 719">Se alguém teve o trabalho de escrever, então ele tem, no mínimo, direito de ser reconhecido como autor da obra.</p>	
<p>Fonte: Wikipédia: Direitos de autor. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Direitos_de_autor>. [Consulta em: 16 mar. 2013].</p>	

As ilustrações acima demonstram o processo árduo da produção do registro epistêmico, uma prática em condições e momentos diferentes, mas sob um compromisso: ser autor, fator de um registro epistêmico. E para trilhar o caminho da autoria não é simples, há toda uma complexidade que vai desde o grau de plasticidade mental – para criar e conectar ideias – à impressão estilística discursiva ao registro produzido. Quando menor for o grau de plasticidade mental, da prática da lealdade, da consciência crítica do amadurecimento intelectual e da suficiência racional maior será a probabilidade da disponibilidade para incorrer em questões antiéticas, sobretudo, quando se está a sobreviver em contextos dominados pela ideologia do produtivismo quantitativista.

Para ilustrar uma situação comprometedora do exercício da *autoria* que fere os princípios éticos e jurídicos e compromete a lealdade, reproduzimos dois textos em que há apropriação de registro sem referência.

Na tabela 1 apresento dois extratos textuais, a intervenção em negrito nos textos é minha, para poder indicar as incidências diretas da apropriação *ipsis literis*: plagiar e publicar para não perecer nem padecer, eis a questão.

Tabela 1 – Exemplo de caso de patologia de registro epistêmico.

Caso1	Caso 2
<p data-bbox="225 1809 746 1877">A pesquisa Cientifica é uma atividade criativa?</p> <p data-bbox="225 1951 639 1984"><i>Maria das Graças TARGINO</i></p>	<p data-bbox="772 1760 1369 1861">A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE</p> <p data-bbox="890 1883 1369 1917">Marivete Bassetto de QUADROS</p> <p data-bbox="999 1989 1139 2022">RESUMO</p>

Um dos parâmetros usuais para a categorização dos países, em avançados ou em desenvolvimento, ou das instituições de ensino superior, em boas ou regulares é, sempre e invariavelmente, a ênfase que imprimem à pesquisa científica. Esta questão, por sua vez, está vinculada ao ensino de graduação.

No caso brasileiro, a deficiência que se observa no binômio pesquisa científica x graduação decorre de fatores diversos, dentre os quais, estão: (1) a imprecisão terminológica de termos básicos, como ciência, pesquisa ou estudo científico; (2) o corporativismo presente no meio acadêmico e científico, na hora de mensurar o caráter científico dos trabalhos apresentados, em termos de coerência, originalidade e objetivação; (3) a excessiva mobilidade administrativa das universidades brasileiras. “Politizadas” ou “politiqueiras”, assimilaram dos partidos políticos brasileiros o pecado original e os pecados capitais. Favores são trocados. Pratica-se, abertamente, o “é dando que se recebe”. Prima-se pela descontinuidade das ações. Prima-se pelo “obscurantismo”, no sentido de negar os “feitos” (grandes, médios ou pequenos) das gestões anteriores, entre os quais, as muitas ou poucas pesquisas empreendidas, sejam em projetos individuais ou integrados.

Neste sentido, falar em dificuldades de pesquisa, em âmbito nacional, supõe superar os fatores citados, mediante medidas simples e simplórias. Em primeiro lugar, urge rever o ensino da METODOLOGIA

Um dos parâmetros usuais para a categorização dos países, em avançados ou em desenvolvimento, ou das instituições de Ensino Superior, em boas ou regulares é, sempre e invariavelmente, a ênfase que imprimem à pesquisa científica. Esta questão, por sua vez, está vinculada ao ensino de graduação. No caso brasileiro, a deficiência que se observa no binômio pesquisa científica x graduação decorre de fatores diversos. Neste sentido, é na graduação que as imprecisões terminológicas precisam ser discutidas: O que é ciência? O que é pesquisa científica? Quando um estudo pode ser classificado como científico? Quem é ou o que é pesquisador? Diante de pesquisas efetivadas e resultados divulgados temos as seguintes problematizações: **Como mensurar o caráter científico de uma pesquisa? Como mensurar coerência, originalidade, objetivação?** Na nossa opinião, o distanciamento do mundo da pesquisa se inicia, ainda na graduação, e prossegue na pós-graduação *lato sensu*, como decorrência da forma como o conteúdo da disciplina de Metodologia Científica (ou denominações similares) é transmitido. Sem a pretensão de exaurir a temática, objetivamos discutir e analisar neste artigo alguns pontos de estreitamento para o desenvolvimento da pesquisa na graduação.

Palavras-chave: Metodologia. Pesquisa. Universidade. Graduação. Importância.

INTRODUÇÃO

Um dos parâmetros usuais para a categorização dos países, em avançados ou em desenvolvimento, ou das instituições de Ensino

CIENTÍFICA, enquanto disciplina responsável por despertar no alunado a consciência da relevância da pesquisa como instrumento de desenvolvimento dos países. Isto porque, salvo honrosas exceções, qualquer docente, independentemente de sua área de atuação, é designado para ministrá-la. **Ora, se o professor não desenvolve, sistematicamente, trabalhos de investigação científica, não tem como desvendar com o discente o mundo mágico da ciência e termina por impor teorias e métodos científicos, normas e regras, sem discutir a lógica da ciência enquanto processo vital à humanidade. Em vez de a metodologia da pesquisa ser repassada como um processo de tomada de decisões, tudo ou quase tudo é posto e imposto em nome de uma pseudociência, que assume caráter de inacessível, incompreensível, impenetrável, enfadonho ou “maldito”. Neste sentido, é na graduação que as imprecisões terminológicas precisam ser discutidas: O que é ciência? O que é pesquisa científica? Quando um estudo pode ser classificado como científico? Quem é ou o que é pesquisador? [...]**

Superior, em boas ou regulares é, sempre e invariavelmente, a ênfase que imprimem à pesquisa científica. Esta questão, por sua vez, está vinculada ao ensino de graduação.

No caso brasileiro, a deficiência que se observa no binômio pesquisa científica x graduação decorre de fatores diversos. Neste sentido, é na graduação que as imprecisões terminológicas precisam ser discutidas: O que é ciência? O que é pesquisa científica? Quando um estudo pode ser classificado como científico? Quem é ou o que é pesquisador?

Todas estas questões e seus elementos não são de fácil conceituação. Objeto de estudo da psicologia da aprendizagem, o processo de aprendizagem dos conceitos é bastante abrangente. Incorpora a permanente mutação do nosso repertório conceitual, e há conceitos de maior complexidade, por representarem inferências em nível elevado de abstração, cujo sentido não é facilmente visualizado, como é o caso dos conceitos embutidos nas questões formuladas. Então, diante de pesquisas efetivadas e resultados divulgados temos as seguintes problematizações:

Como mensurar o seu caráter científico? Como mensurar coerência, originalidade, objetivação?

Diante do exposto, sem a pretensão de exaurir a temática, objetivamos discutir, a seguir, pontos de estreitamento para o desenvolvimento da pesquisa na graduação.

1 O ENSINO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA E AS QUESTÕES CONCEITUAIS

Na nossa opinião, o distanciamento do mundo da pesquisa se inicia, ainda na graduação, e

	<p>prossegue na pós-graduação <i>lato sensu</i>, como decorrência da forma como o conteúdo da disciplina de Metodologia Científica (ou denominações similares) é transmitido. Salvo algumas exceções, qualquer docente, independentemente de sua área de atuação, é designado para ministrá-la.</p> <p>Ora, se o professor não desenvolve, sistematicamente, trabalhos de investigação científica, não tem como desvendar com o discente o mundo mágico da ciência e termina por impor teorias e métodos científicos, normas e regras, sem discutir a lógica da ciência enquanto processo vital à humanidade.</p> <p>Em vez de a metodologia da pesquisa ser comunicada como um processo de tomada de decisões e opções que "[...] estruturam a investigação em níveis e em fases e que se realizam num espaço determinado que é o espaço epistêmico" (LOPES, 2004, p. 15), tudo ou quase tudo é posto e imposto em nome de uma pseudociência, que assume caráter de inacessível, incompreensível, impenetrável, enfadonho ou "muito chata".</p> <p>[...]</p>
<p>Autora: Maria das Graças TARGINO</p> <p>Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI - Programa de Pós-Graduação em Comunicação) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).</p>	<p>Autora: Marivete Bassetto de QUADROS</p> <p>Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP; da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – FAFIJA, nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa Científica e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.</p>
<p>Fonte: <i>Sapiência</i>: informativo Científico da FAPEPI, n. 03, ano 2,</p>	<p>Fonte: Disponível em: <http://formacaodigital.com.br/wp-content/uploads/2009/08/QUADROSan2</p>

<p>mar. 2005.</p> <p>Disponível em: <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia3/artigos2.php>. [Consulta em: 20 mar. 2013].</p>	<p>007.pdf> ou <http://formacaodigital.com.br/category/artigos/>. [Consulta em: 20 mar. 2013].</p>
<p>OBS.: a íntegra dos textos pode ser consultada acessando os sites indicados.</p>	<p>OBS.: a segunda autora, a partir do parágrafo do extrato acima começa a referenciar a primeira autora, mas isso deveria ter sido feito desde o início do texto. Boa parte do resumo é cópia do texto da primeira autora.</p>

Fonte: tabela feita pelo autor.

Verificamos, neste evento, uma espécie de “assalto epistêmico”. Este comportamento pode interpelar alguns, mas não é estranho, ele pode nos preocupar enquanto educadores, pelo fato de que precisamos cuidar da qualidade e não somente da quantidade dos artigos produzidos, produzir com qualidade e não para atender o ranqueamento, conforme o *modus operandi* do mercado do *ranking* acadêmico das publicações. Assim, além de outras questões de ordem subjetiva do indivíduo (seu caráter), é possível avançar uma explicação de que a etiologia desta conduta parece estar na “epidemia” do produtivismo acadêmico, de produzir a quaisquer custos, imposto aos docentes universitários!

Entretanto, tal “epidemia” pode apenas auxiliar a explicação do evento antiético, porém, não justifica a conduta, pois, em cada indivíduo há um fundo ético intransferível e inalienável que pode e deve ser usado como substrato ontológico da sua autoria e sua tomada de decisões (deliberações). Neste sentido, a ação autoral deliberada, conforme ilustração acima, desrespeita a *aloautoria*, não confere autenticidade autoral, portanto, não é justificável nem plausível (isto é, não desculpável, se se preferir este termo). É preciso uma vigilância metodológica da autoria e uma educação baseada na investigação para aprender a agir, a produzir registro epistêmicos próprios. É preciso manter uma vigilância epistemológica e metodológica para não seremos afetados pela “síndrome” do produtivismo acadêmico, é preferível não publicar que publicar uma série de bricolagem texto-conceitual.

Ora, penso que se é plausível falar em “publicar ou perecer” é preferível perecer a viver em plagiocracia. A morbimortalidade consistirá mais em publicar bricolagem (plagiocracia) que em não publicar necessariamente. E, por uma questão causal, a partir do caso analisado, podemos dizer que o publicismo acadêmico está a rimar com a plagiocracia, confirmando que a autoria é uma construção complexa e adaptativa.

A plagiocracia, domínio do plágio e da autoplágio, é o sistema do campo mercantil do publicismo acadêmico, que está a regular de forma substantiva os processos formativos. Ora, isto não é saudável, mas patológico. Não é que defendamos a não publicação, mas sim refletir de forma crítica sobre o publicar a quaisquer custos como é o caso exemplificado nesta reflexão, para defendermos a publicação assertiva, que possa conferir ao autor a fatur

cidade epistêmica. E, talvez seja, em virtude da falta de consideração ética da parte de alguns pesquisadores e autores, que algumas instituições de fomento à pesquisa estejam preocupadas com a publicação de normas éticas aplicadas à pesquisa, que devem ser colocadas também em prática quanto da publicação. Enfim, diante do quadro patológico, dir-se-ia que precisamos de uma psicanálise ou psicopatologia do produtivismo acadêmico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado como o processo de autoria envolve questões éticas e até jurídicas, ele é um processo de experiência vivida por um ou mais indivíduos com o objetivo de produzir um registro epistêmico e como tal requer observar uma conduta que permita manter um diálogo com os outros autores e leitores sem ferir sua integridade moral. O caso de apropriação epistêmica analisado demonstra uma conduta não plausível, por desconsiderar valores e princípios éticos, contra esse tipo de conduta torna-se necessário uma cultura de vigilância ética que sustente as relações entre ética e autoria, na produção do conhecimento.

O que se verifica no texto exemplificado é um ato de plágio na medida em que não há um referenciamento direto nos parágrafos em que as ideias foram reproduzidas, e esta conduta prejudica a produção do conhecimento. Em seu documento de diretrizes éticas o CNPq define plágio como um ato que consiste em um determinado autor apropriar-se dos resultados, conclusões obtidas por outro, dos textos inteiros ou partes significativas de textos alheios, das ideias ou dados obtidos de análise de projetos ou manuscritos não publicados sem fazer a devida referência (CNPq, 2011). Além do mais o plágio é considerado como umas alegações de má conduta científica grave (FAPESP, 2012, p. 34).

Finalmente, é bom ressaltar que o estudo da Metodologia de Investigação Científica não deve se resumir a assimilação das normas técnicas de formatação de trabalhos acadêmicos como tem sido geralmente na maioria das aulas ou dos livros desta disciplina, mas desenvolver habilidades e competências para uso dos métodos e técnicas de coleta e análise de dados e dos princípios de redação e ética científicas. Precisamos com urgência superar o modelo tradicional de ensino e aprendizagem desta disciplina científica, bem como revermos seu estatuto epistemológico como área de conhecimento científico, desmistificarmos a imagem ingênua de que se tem da Metodologia de Investigação Científica. O desenvolvimento eficiente desta disciplina corroborará com o advento de autorias científicas com ética, assim como, a realização de estudos de ética científica e tecnológica, sobretudo quando aliados aos estudos da História e Filosofia da Ciência que colabora com a contextualização social, econômica, política e ideológica da produção e socialização do conhecimento científico e tecnológico e dos problemas filosóficos atrelados a tal produção epistêmica, e prol de uma educação metodológica sólida que possibilite capacidades de investigação científica.

4. NOTAS

1 O esboço preliminar da reflexão foi feito como texto didático: “autoria com ética”, dirigido aos professores participantes do Curso de Formação Continuada em Tecnologia Educacional Assistiva, oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - Brasil.

2 Este conceito foi extraído da ALTET, M. in ALTET, PERRENOUD e PAQUAY, 2003. p. 72.

3 A alienação de direitos pode ser verificada nas normas de publicação ou contratos de edição.

4 Conceito criado a partir do grego *allos*, que significa *outro* ou o *diferente*. Entendida aqui na relação entre autoria própria e a do outro.

5 No Brasil, o leitor pode consultar a Lei 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais; além de consultar as diversas normas de ética científica ou ética na pesquisa e direito autoral, como é o caso das diretrizes do CNPq, FAPESP, etc.

5. REFERÊNCIAS

ALTET, M. (2003). **Qual(Quais) Profissionalidade(s) dos Formadores em Formação Contínua? Por um Perfil Poliidentitário.** In M. ALTET; L. PAQUAY & Ph. PERRENOUD (Org.), A profissionalização dos formadores de professores (p. 55-79). Porto Alegre: Artmed.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. (2011). **Ética e Integridade na Prática Científica. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq.** Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm>. [Acesso em: 4 mar. 2013].

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP (2012). **Código de Boas Práticas Científicas.** São Paulo: FAPESP, 2012. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf>. [Acesso em: 03 mar. 2013].

QUADROS, M.B.de. **A Importância da Disciplina de Metodologia DA Pesquisa Científica na Universidade.** Disponível em: <<http://formacaodigital.com.br/wp-content/uploads/2009/08/QUADROSan2007.pdf>> ou <<http://formacaodigital.com.br/category/artigos/>>. [Consulta em: 20 mar. 2013].

TARGINO, M. das G. (2005, mar). **A pesquisa Científica é uma atividade criativa? Sapiência: informativo Científico da FAPEPI**, 3(2). Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia3/artigos2.php>>. [Consulta em: 20 mar. 2013].

VÁSQUEZ, A.S. (1980). *Ética*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WIKIPÉDIA. **Direitos de autor**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Direitos_de_autor>. [Consulta em: 16 mar. 2013].